

União exige garantias para rolar dívidas

■ Governo dá prazo de 20 anos aos estados, prorrogáveis por mais 10, mas cerca-se de exigências para casos de inadimplência

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco manda ao Congresso, na terça-feira, o projeto de renegociação da dívida de US\$ 18,4 bilhões dos estados com as instituições federais de crédito (Banco do Brasil, BNDES, Banco Central e outros). A dívida mobiliária (em títulos), de US\$ 10,5 bilhões, será negociada separadamente, a partir de regras estabelecidas pelo Banco Central até 90 dias após a aprovação da nova lei. O prazo fixado para rolagem dos débitos é de 20 anos, com possibilidade de prorrogação por mais dez anos.

A principal novidade é a exigência de quatro garantias para execução da dívida pelo Tesouro em caso de inadimplência: emissão de títulos estaduais ao Tesouro que poderão ser vendidos no mercado e usados para pagar impostos estaduais; retenção de cotas do Fundo de Participação dos Estados e Municípios; comprometimento de percentual da receita própria dos governos estaduais (até o limite de 15% da receita tributária) e, por último, garantia em imóveis ou outros bens definidos pelo Ministério da Fazenda. Santa Catarina, Espírito Santo e Ceará, em dia com seus pagamentos, poderão descontar das primeiras parcelas, após aprovação da nova lei, os valores pagos entre outubro de 91 e dezembro de 92.

As dívidas serão consolidadas até o último dia de 92 e a correção mensal será pelo IGP-M mais uma taxa média ponderada de juros de acordo com o perfil da dívida de cada estado. Isso significa que prevalecerá a taxa de juros dos contratos originais de acordo com seu peso na dívida global. A proposta, já aprovada pelo Conselho de Política Fazendária (Confaz), foi avaliada pelo presidente Itamar Franco após três horas de reunião, ontem pela manhã, com o ministro do Pla-



Paulo Haddad (D) defendeu o fim do hábito do calote entre os poderes públicos no Brasil

nejamento, Paulo Haddad, o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola e o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. Segundo Haddad, o presidente gostou do projeto por se tratar de uma solução permanente, adotada de forma "participativa e consensual".

"Vamos restabelecer o fluxo de pagamentos e acabar com a idéia de um país em que as instituições oficiais são caloteiras entre si", ressaltou Haddad, que citou o termo "calote circular" usado pelo ex-ministro da Fazenda, Gustavo Krause, para explicar o círculo vicioso que se tornaram as contas públicas. De acordo com Murilo Portugal, a

nova fórmula de rolagem da dívida, com pagamentos mensais, facilita o planejamento dos estados. "As garantias são de melhor qualidade, eficácia e liquidez para a cobrança das parcelas não pagas em dia", disse Portugal. A dívida total dos estados, sem contabilizar a dívida do setor elétrico, é de US\$ 49 bilhões.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, explicou que a dívida mobiliária precisa ser negociada separadamente — ao contrário da rolagem aprovada no governo Collor — porque os credores dos estados são instituições privadas, o que representa pulverização de títulos em poder do

mercado. Dos US\$ 10,5 bilhões de dívida mobiliária, segundo Paulo Haddad, 90% são de responsabilidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Segundo Gustavo Loyola, as garantias à rolagem, através do governo federal, deverão ser as mesmas pedidas para a rolagem das dívidas contratuais, mas não está definido o prazo de pagamento.

Murilo Portugal também expôs ao presidente o resultado da reunião que teve, no último dia 7, com o comitê assessor dos bancos credores da dívida externa brasileira, em Nova Iorque.